



ABAIXO-ASSINADO
PELO DIREITO À JUSTIÇA
NÃO AO ENCERRAMENTO DOS TRIBUNAIS



Considerando que o novo Modelo de Organização Judiciária apresentado pelo governo tem por objectivos:

1. A criação no Distrito de um único Tribunal de Comarca localizado em Castelo Branco;
2. O fecho dos Tribunais existentes na Covilhã, Fundão, Penamacor, Idanha, Oleiros e Sertã, admitindo, quanto muito, a criação de Juízos de Competência especializada, não se sabendo quais e onde, transformando os tribunais da Covilhã e do Fundão em meros balcões de atendimento;
3. O encerramento do Tribunal de Trabalho da Covilhã e a desvalorização do Direito de Trabalho.

Considerando ainda que a proposta do governo:

1. É orientada por princípios economicistas ao arrepio dos reais interesse das populações;
2. Aumentaria os custos aos cidadãos, acentuando o seu afastamento do acesso à justiça, especialmente os de menores recursos, agravando os constrangimentos já existentes com as injustas leis de Custas Judiciais e de Apoio Judiciário;
3. Não tem em conta os cerca de 23 Mil processos pendentes nos Tribunais do Distrito de Castelo Branco;
4. Acentuaria os factores de desertificação do Interior, intensificaria as assimetrias dentro do próprio Distrito e promoveria as rivalidades e bairrismos entre cidades.
5. Poderia vir a tornar-se mais caro para o Estado que a actual estrutura;

Os abaixo-assinados vêm por este meio: 1) declarar a sua firme oposição ao encerramento de tribunais no Distrito (onde o tribunal de Trabalho da Covilhã se inclui); 2) exigir que o governo retire a proposta de novo Mapa Judiciário; 3) manifestar a sua disponibilidade para tudo fazer para travar mais esta medida contra o Direito à Justiça que a Constituição da República consagra.

Os/as subscritores/as

Nome	Profissão	Localidade

